



**PAUTA
PARA A 31ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 30 DE MARÇO DE 2010**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 22, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Constitui o Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP e institui o Plano de Empregos Públicos e Sistema Retributório específico para os seus integrantes.

2 - Projeto de lei nº 254, de 2010, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Determina que os profissionais da área da educação terão acesso gratuito aos eventos promovidos, patrocinados ou apoiados pelo Governo do Estado de São Paulo.

3 - Projeto de lei nº 255, de 2010, de autoria do deputado Cássio de Castro Navarro. Dispõe sobre o pagamento com cartões de crédito e débito nos estabelecimentos comerciais do Estado de São Paulo.

4 - Projeto de lei nº 256, de 2010, de autoria do deputado Cássio de Castro Navarro. Disciplina o funcionamento de estabelecimentos na atividade de locação de cães de grande porte para a finalidade de guarda ou proteção patrimonial temporária em estabelecimentos comerciais, residenciais e em chácaras e sítios.

5 - Projeto de lei nº 257, de 2010, de autoria do deputado Cássio de Castro Navarro. Determina que os estabelecimentos comerciais deverão afixar, em local visível e de fácil acesso, avisos sobre as formas de pagamento dos produtos oferecidos ao consumidor.

6 - Projeto de lei nº 258, de 2010, de autoria do deputado Cássio de Castro Navarro. Declara de utilidade pública a "ONG DCM Defesa e Cidadania da Mulher", em Praia Grande.

7 - Projeto de lei nº 259, de 2010, de autoria do deputado Simão Pedro. Institui o "Programa de Modernização Tecnológica das Escolas Estaduais".

8 - Projeto de lei nº 260, de 2010, de autoria do deputado Simão Pedro. Institui a classificação de "Agricultor Prestador de Serviços Ambientais" ao agricultor que presta serviços ambientais.

9 - Moção nº 28, de 2010, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Apela para o Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral a fim de que determine a elaboração de estudos e a adoção de providências que possibilitem a regulamentação, em 2010, do voto do policial civil ou militar que se encontrar de serviço fora do seu domicílio ou zona eleitoral.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 245, de 2010, de autoria da deputada Vanessa Damo. Dá a denominação de "Pires Antônio Bespalec" à Estação Ferroviária de Ribeirão Pires.

2 - Projeto de lei nº 246, de 2010, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Dia do Ferrador de Cavalos".

3 - Projeto de lei nº 247, de 2010, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Ebenézer", na Capital.

4 - Projeto de lei nº 248, de 2010, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá a denominação de "Eloy Pereira Pimenta" ao viaduto localizado no cruzamento da Avenida Castelo Branco com a Avenida Leão XIII, km 2+260m, ao lado do Viaduto Ricardo Cristiano Ribeiro, no km 2+396m, em Ribeirão Preto.

5 - Projeto de lei nº 249, de 2010, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá denominação de "Nicolau Spinelli" à passarela localizada no cruzamento da Avenida Castelo Branco com a Avenida Presidente Kennedy, km 1+36m, ao lado do Viaduto Franklin de Souza Meirelles Neto, no km 1+165m, em Ribeirão Preto.

6 - Projeto de lei nº 250, de 2010, de autoria do deputado Luciano Batista. Declara de utilidade pública a "Associação de Capoeira Praia de Paranapuã",

em Praia Grande.

7 - Projeto de lei nº 251, de 2010, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública o "Instituto Cultural Canarinhos da Terra" em Campinas.

8 - Projeto de lei nº 252, de 2010, de autoria do deputado Bruno Covas. Institui o "Dia das Meninas do Arco-íris".

9 - Projeto de lei nº 253, de 2010, de autoria da deputada Haifa Madi. Torna obrigatória a afixação de advertência aos portadores de doença celíaca ou síndrome celíaca quanto à presença de glúten nos produtos alimentícios comercializados pelos estabelecimentos varejistas localizados no território do Estado.

10 - Moção nº 22, de 2010, de autoria da CPI do Erro Médico. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine a reestruturação e a ampliação do tratamento radioterápico no Brasil, possibilitando o tratamento em radioterapia a todos os cidadãos brasileiros, visto que, atualmente, cerca de 140.000 (cento e quarenta mil) portadores de câncer não têm acesso a esse tratamento.

11 - Moção nº 23, de 2010, de autoria da CPI do Erro Médico. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que encaminhe projeto de lei ao Congresso Nacional que disponha sobre a isenção de impostos e taxas na aquisição de aparelhos a serem utilizados em serviços de radioterapia.

12 - Moção nº 24, de 2010, de autoria da CPI do Erro Médico. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que tomem as devidas providências no sentido de que, sem quaisquer prejuízos às medidas já adotadas por aqueles órgãos, seja rigorosamente cumprida e intensificada a fiscalização institucional de promover a proteção da saúde da população.

13 - Moção nº 25, de 2010, de autoria da CPI do Erro Médico. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Educação as medidas necessárias para que seja observado o disposto na Lei federal nº 10861, de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), bem como no Decreto nº 5773, de 2008, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, com a intenção especial de que possa ser minimizada a

ocorrência de erros médicos no Brasil.

14 - Moção nº 26, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que o Projeto de Lei 4796 de 2009, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região Sul da Grande São Paulo, seja aprovado.

15 - Moção nº 27, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição 12-A de 2006, que institui um regime especial de pagamento de precatórios, dívidas impostas à administração pública por decisões judiciais, para estados e municípios, seja aprovada.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 241, de 2010, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dispõe sobre criação de sistemas de coleta locais com recipientes para recolhimento, transporte, depósito, armazenagem e destino final de pilhas comuns e alcalinas e baterias usadas.

2 - Projeto de lei nº 242, de 2010, de autoria do deputado Chico Sardelli. Altera a redação da Lei nº 6544, de 1989, que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica.

3 - Projeto de lei nº 243, de 2010, de autoria do deputado Celso Giglio. Declara de utilidade pública o "Lar Vicentino do Pedregulho", em Guaratinguetá.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 19, de 2010, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Revoga a Lei Complementar 1097, de 2009, que institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação.

2 - Projeto de lei nº 239, de 2010, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Acrescenta o § 7º ao artigo 1º da Lei nº 2481, de 1953, que institui a taxa de pedágio a ser cobrada nas rodovias do Estado.

3 - Projeto de lei nº 240, de 2010, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Florínea.

4 - Moção nº 21, de 2010, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 4548 de 1998 não seja aprovado, no sentido de continuar punindo com rigor as condutas consideradas lesivas aos que praticam maus tratos aos animais.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 18, de 2010, de autoria do deputado Fausto Figueira. Dispõe sobre as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde no Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 234, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, por doação, ao Município de Jundiaí, imóvel de sua propriedade, onde atualmente está edificado o prédio da Cadeia Pública, localizada na Avenida Francisco Pereira de Castro, nº 878, naquela cidade, para fins de instalação de órgãos da administração municipal.

3 - Projeto de lei nº 235, de 2010, de autoria do deputado Fernando Capez. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa Escola Itinerante - PEI", com a finalidade de garantir o efetivo acesso de crianças e adolescentes ao ensino fundamental.

4 - Projeto de lei nº 236, de 2010, de autoria do deputado Rui Falcão. Regulamenta a colocação de placas informativas em todas as obras públicas realizadas no Estado de São Paulo.

5 - Projeto de lei nº 237, de 2010, de autoria do deputado Ed Thomas. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Regime Assistencial Especial de Atendimento de Emprego e Renda às Mulheres Vítimas de Violência Conjugal" com dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

6 - Projeto de lei nº 238, de 2010, de autoria do deputado Ed Thomas. Autoriza o Poder Executivo a instituir, na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, a "Casa-Abrigo", destinada a acolher mulheres ameaçadas ou vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos de qualquer natureza.

7 - Moção nº 20, de 2010, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes providências no sentido de proibir o consumo do "Santo Daime" até que sejam elaborados estudos no sentido de analisar e investigar os possíveis efeitos

provocados pelas substâncias que compõem a bebida.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 20, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 724, de 1993, que dispõe sobre os vencimentos dos integrantes da carreira de Procurador do Estado.

2 - Projeto de lei nº 244, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Reconhece os recolhimentos de ICMS efetuados em operações de importação por conta e ordem de terceiros, na hipótese que especifica.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 602, de 2008, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública o Projeto LSD - "Liberdade Sem Drogas", em Ribeirão Preto.

2 - Projeto de lei nº 827, de 2009, de autoria do deputado Uebe Rezeck. Declara de utilidade pública a "Pró-Saúde - Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar", em Fernando Prestes.

3 - Projeto de lei nº 964, de 2009, de autoria do deputado Roberto Massafera. Declara de utilidade pública a "Associação Jacy Pinheiro de Apoio a Criança e ao Adolescente de Borborema", naquele Município.

4 - Moção nº 2, de 2010, de autoria do deputado Fernando Capez. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que empreenda esforços visando à escolha do Estádio Cícero Pompeu de Toledo (Estádio do Morumbi) para ser a sede da Cerimônia de Abertura e do Jogo Inaugural da Copa do Mundo de 2014.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 695, de 2008, de autoria do deputado Jonas Donizette. Declara de utilidade pública a "Associação Projeto Lar Feliz", em Jaguariúna.

2 - Projeto de lei nº 413, de 2009, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Sociedade para Educação e Tratamento dos Excepcionais Dependentes - SETED", em Mogi das Cruzes.

3 - Projeto de lei nº 463, de 2009, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública o "Fundo de Assistência Social de Santa Fé do Sul - FUNDASSUL", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 608, de 2009, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a Associação "P-I Branemark Institute", em Bauru.

5 - Projeto de lei nº 609, de 2009, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a "Vila Vicentina de Arealva", naquele Município.

6 - Projeto de lei nº 746, de 2009, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública a "Comunidade Vida Melhor", em Leme.

7 - Projeto de lei nº 817, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação Mirim de Ourinhos e Serviço de Integração de Meninas - AMOSIM", em Ourinhos.

8 - Projeto de lei nº 954, de 2009, de autoria do deputado Chico Sardelli. Declara de utilidade pública a "Associação dos Moradores dos Bairros Parque Eldorado, Vista Alegre e Adjacências", em Santa Bárbara d'Oeste.

9 - Projeto de lei nº 955, de 2009, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública a "Central das Associações do Município de Urânia", naquele Município.

10 - Projeto de lei nº 997, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Borborema - APAE", em Borborema.

11 - Projeto de lei nº 1041, de 2009, de autoria do deputado Bruno Covas. Declara de utilidade pública a "Entidade Social Todo Mundo Feliz", na Capital.

12 - Projeto de lei nº 1179, de 2009, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública a "Comunidade Missionária Divina Misericórdia - CMDM", em Batatais.

13 - Projeto de lei nº 1182, de 2009, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Dourado"- Apae de Dourado, naquele Município.

14 - Projeto de lei nº 1205, de 2009, de autoria do deputado Alex Manente. Declara de utilidade pública a "Comunidade Vivendo Amando e Aprendendo", em São Bernardo do Campo.